

# Informe FUP

12.09.2007

---

## FUP e sindicatos assinam acordo judicial que consolida a repactuação do Plano Petros

A FUP e dez de seus sindicatos filiados assinaram nesta quarta-feira, 12, junto com a Petrobrás, subsidiárias e Petros o acordo judicial que consolida a repactuação do Plano Petros e todos os benefícios e conquistas do processo. A solenidade de assinatura do acordo foi transmitida pela TV Executiva da Petrobrás para todos os trabalhadores da empresa. O acordo será agora homologado pela Justiça, o que deve acontecer ainda esta semana.

O acordo judicial dará quitação a alguns dos itens negociados na Ação Civil Pública que a FUP move contra a Petrobrás e demais patrocinadoras do Plano Petros. O acordo assegura que a Petrobrás e as subsidiárias apórtem para o Plano Petros mais de R\$ 6 bilhões, dando quitação ao Convênio Pré-70, à introdução do FC (Fator de Correção) e do FAT (Fator de Atualização), à geração futura, à correção do cálculo das pensões e ao custeio paritário da patrocinadora com os assistidos. Todos os demais itens cobrados pela FUP através da Ação Civil Pública seguem o seu curso normal na Justiça, inclusive a extinção do limite de idade para o grupo 78-79.

Assinaram o acordo judicial a FUP, o Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo, o Sindipetro-RS, o Sindipetro PR/SC, o Sindipetro-MG, o Sindipetro-NF, o Sindipetro-ES, o Sindipetro-PE/PB, o Sindipetro-RN, Sindipetro-AM, o Sindipetro-CE, o Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, a Petrobrás, a Petroquisa, a Refap, a BR Distribuidora e a Petros.

**Pagamento dos benefícios** – Durante a solenidade de assinatura do acordo que consolida a repactuação do Plano Petros, o presidente da Petros, Wagner Pinheiro, informou que a Petros efetuará o pagamento dos novos benefícios para quem repactuou assim que o acordo judicial for homologado pela Justiça. A expectativa é que o acordo seja homologado ainda esta semana. A FUP e os sindicatos continuam pressionando para que os assistidos do Plano Petros que repactuaram recebam este mês os novos benefícios, mesmo que seja através de uma folha de pagamento extra.

### Acordo vitorioso

O acordo judicial assinado nesta quarta-feira consolida um longo e árduo processo de negociação entre a FUP, a Petrobrás e a Petros, que teve início em 2003, através do Grupo de Trabalho de Previdência Complementar (GTPC), criado a partir da campanha reivindicatória dos trabalhadores. Após muita pressão e mobilização, a FUP e os sindicatos negociaram com a Petrobrás e a Petros, no início de 2006, um Acordo de Obrigações Recíprocas, onde as patrocinadoras do Plano Petros se comprometeram a sanear o plano e resolver as principais pendências da categoria, inclusive a situação dos trabalhadores sem previdência complementar.

Em fevereiro deste ano, 73% dos participantes e assistidos referendaram o processo de repactuação do Plano Petros, ao concordaram com a alteração dos artigos 41 e 42, que desvinculou o benefício do INSS e da tabela salarial da ativa. A repactuação garantiu aos participantes do Plano Petros o seneamento do plano, através de aportes de mais de R\$ 6

bilhões, corrigindo os déficits causados pelas gestões passadas. Além disso, os trabalhadores garantiram a gestão paritária da Petros, através de eleição direta para duas das quatro diretorias da Fundação e da criação de comitês de gestão para os planos Petros e Petros 2. Outras conquistas da repactuação: correção do cálculo das pensões; redução do limite de idade para o Grupo 78/79; custeio paritário das patrocinadoras com os participantes e assistidos do Plano Petros e maior segurança no reajuste dos benefícios.

## **Momento histórico**

Durante a solenidade de assinatura do acordo judicial que consolidou a repactuação do Plano Petros, os representantes da FUP, Petrobrás e Petros foram unânimes em destacar a importância deste momento histórico. “Esse acordo é fruto de um processo transparente e democrático de negociação, que foi referendado por 73% dos participantes e assistidos. Um acordo que entrou para a história não só da nossa categoria, como de todo o sistema brasileiro de previdência complementar”, ressaltou o diretor da FUP e conselheiro eleito da Petros, Paulo César Martin.

O presidente do Conselho Deliberativo da Petros e gerente executivo de Comunicação da Petrobrás, Wilson Santarosa, destacou que o acordo tem uma importância vital para todos os participantes e assistidos do Plano Petros. “Estou muito orgulhoso de participar deste momento histórico, que só está sendo possível porque a atual direção da Petrobrás e o governo tiveram a sensibilidade de entender que os trabalhadores não poderiam arcar com os prejuízos do Plano Petros, que foram decorrência de ações de gestões passadas da companhia, que não realizaram os devidos aportes para o plano”, declarou.

O presidente da Petros, Wagner Pinheiro, o gerente executivo de Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos da Petros, Jorge Nahas, e a gerente de Ambiente do Recursos Humanos da Petrobrás, Regina Valle, também ressaltam as conquistas do acordo negociado com a FUP e os sindicatos e os avanços que as mudanças trarão para os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas.

## **Justiça barra tentativa de manobra dos sindicatos dissidentes**

A Justiça do Rio de Janeiro indeferiu os pedidos do Sindipetro-RJ, Sindipetro-AL/SE e Sindipetro-São José dos Campos de intervenção na Ação Civil Pública da FUP como “assistentes litisconsorciais”. O juiz que julgou o pedido não verificou interesse jurídico dos sindicatos na Ação e ressaltou em sua decisão que o “intuito dos requerentes não é o de assegurar um resultado favorável para o assistido, inclusive objetivam impedir a realização de transação entre as partes”. Portanto, fica mais uma vez claro, que o interesse destes e dos demais sindicatos dissidentes da FUP sempre esteve na contra-mão dos interesses da maioria dos participantes e assistidos do Plano Petros, assim como da categoria petroleira como um todo. Além de desrespeitarem o resultado lícito da repactuação, que foi referendada por 73% dos participantes e assistidos do Plano Petros, esses sindicatos tentaram mais uma manobra que prejudicaria milhares de petroleiros, cujos direitos são resguardados pela Ação Civil Pública da FUP, a qual estes sindicatos não deram na época a devida prioridade política e ficaram de fora da Ação.

*Direção Colegiada da FUP*